PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 68/2024 (Do Sr. Deputado Pedro Jr e Outros)

Institui o Imposto sobre Bens e Serviços IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS e o Imposto Seletivo - IS e dá outras providências.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº

Incluam-se os seguintes dispositivos do Projeto de Lei Complementar nº 68 de 2024:

- "Art. XX Fica diferido o recolhimento dos tributos de que trata o artigo 1º incidentes nas operações de venda de insumos agropecuários.
- $\S 1^{\circ}$ A técnica de recolhimento de que trata o caput se aplica quando a venda concomitantemente:
- a) seja realizada por cooperativa ou revendas de insumos ou indústria de insumos:
- b) seja adquirida por produtor rural pessoa física ou jurídica;
- c) tenha por objeto os insumos agropecuários mencionados no artigo 133 e no anexo X desta Lei.
- § 2º O pagamento dos tributos diferidos deverá ser realizado no momento da venda da produção rural, seguindo a tributação aplicável a esta operação.
- § 3° O regulamento definirá as obrigações acessórias necessárias para que o diferimento seja aplicável.
- § 4º Nas operações entre cooperativa e produtor cooperado serão aplicadas as regras específicas do regime específico de tributação das cooperativas".

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo proporcionar uma melhoria no fluxo de caixa dos produtores rurais, permitindo que o pagamento dos tributos incidentes sobre a aquisição de insumos agropecuários seja realizado no momento da venda da produção rural.





É importante mencionar que essa medida não constitui um benefício tributário ou financeiro, mas sim uma técnica de tributação que concentra o recolhimento dos tributos, contribuindo para a sustentabilidade financeira dos produtores rurais.

Entre os argumentos que sustentam esta emenda estão:

- Melhor Fluxo de Caixa: ao diferir o pagamento dos tributos para o momento da venda da produção, os produtores rurais poderão melhor gerir seus recursos financeiros, utilizando o capital disponível para outras necessidades imediatas da produção.
- Técnica de Tributação: esta medida não oferece uma redução ou isenção de tributos, mas sim uma reorganização do momento de seu pagamento, alinhandoo com o momento de maior liquidez do produtor rural.
- 3. **Diminuição da Necessidade de Crédito Rural**: com a melhoria do fluxo de caixa, haverá uma menor necessidade de recorrer a financiamentos e créditos rurais, como os previstos no Plano Safra, aumentando a capacidade de produção e competitividade do setor agropecuário.
- 4. **Estimulação do Setor Agropecuário**: o diferimento dos tributos estimulará o setor agropecuário ao reduzir a carga financeira imediata sobre os produtores. Isso incentivará investimentos em tecnologias e práticas agrícolas avançadas, aumentando a produtividade e a eficiência no campo.
- 5. **Simplificação do Processo Tributário**: A medida simplifica o processo de recolhimento de tributos para os produtores rurais, reduzindo a burocracia envolvida na apuração e pagamento dos tributos na aquisição de insumos. Isso resulta em economia de tempo e recursos administrativos.
- 6. Competitividade no Mercado Internacional: A medida pode aumentar a competitividade dos produtos agropecuários brasileiros no mercado internacional. Com um fluxo de caixa melhorado e menos dependência de crédito, os produtores podem oferecer preços mais competitivos e investir em melhorias de qualidade e inovação, fortalecendo a presença do Brasil no comércio global.
- 7. **Redução da Inadimplência Tributária**: diferir o pagamento dos tributos para o momento da venda da produção pode reduzir a inadimplência tributária. Produtores rurais terão maior capacidade de pagar os tributos devidos, uma vez que receberão o pagamento por suas vendas, melhorando a arrecadação para o Governo.
- 8. **Fomento ao Desenvolvimento Regional**: O setor agropecuário é crucial para muitas regiões do Brasil, especialmente as rurais. Facilitando o fluxo de caixa dos produtores rurais, a medida contribuirá para o desenvolvimento econômico dessas regiões, gerando emprego e renda localmente.





Dessa forma, a emenda proposta busca fortalecer o setor agropecuário brasileiro, proporcionando condições mais favoráveis para a sua sustentabilidade e crescimento econômico.

Sala das Sessões de

de 2024

DEPUTADO PEDRO JR PL/TO





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência (Do Sr. Pedro Jr)

Institui o Imposto sobre Bens e Serviços IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS e o Imposto Seletivo - IS e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD244586541700, nesta ordem:

- 1 Dep. Pedro Jr (PL/TO)
- 2 Dep. Altineu Côrtes (PL/RJ) LÍDER do PL
- 3 Dep. Pedro Lupion (PP/PR) LÍDER do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD

